



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1
2
3 A décima segunda reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar
4 no auditório do Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco,
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, com início às quatorze horas e vinte e cinco
6 minutos, do dia trinta de julho, do ano dois mil e sete. **Compareceram** os seguintes
7 Conselheiros: Carlos Otaviano Brenner de Moraes, SEMA (presidente); Luís Antônio de
8 Leon Valente, Secretaria da Agricultura (suplente); Josué Vieira da Costa, Secretaria do
9 Planejamento e Gestão (suplente); Aloisio Sirangelo Braun, Secretaria da Ciência e
10 Tecnologia (suplente); Luiz Fernando Cybis, Comitê do Lago Guaíba (titular); Luciana
11 Dalsasso, Comitê Tramandaí (titular); João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria
12 (titular); Daniel Scmitz, Comitê Taquari-Antas (suplente) e Fernando Bernál, Comitê Baixo
13 Jacuí (titular). **Ausências Justificadas:** Rosi Bernardes, SOP; Salzano Barreto de
14 Oliveira, Secretaria da Saúde; Marta Hermínia Dias, SEDAI; Tarso Isaia, Sistema
15 Nacional de Meio Ambiente; Márley Caetano de Mendonça, Sistema Nacional de
16 Recursos Hídricos; Lúcia Schmidt, Comitê Pardo; Eduardo Krause, Secretaria da Infra-
17 Estrutura e Logística. **Ausentes:** Alberto Limberger, Casa Civil; Lenison Maroso, Comitê
18 Apuaê-Inhandava. **Demais participantes:** Henrique Kotzian, ECOPLAN Engenharia
19 Ltda; Letiane Copetti Juliani, Comitê Ijuí; Luiz Zaffalon, SEHADUR; Ivo Mello,
20 DRH/SEMA; Maria Elisabete Ferreira, Pró-Mar-de-Dentro; Valery Pugatch, IRGA, Paulo
21 Paim, Carmem Lúcia Silveira da Silva e Vania Mara Oliveira, Secretaria Executiva do
22 CRH/RS. O Presidente Carlos Otaviano abriu a reunião informando não haver quórum.
23 Leu as justificativas de ausência recebidas: Rosi Bernardes, Secretaria das Obras
24 Públicas; Salzano B. de Oliveira, Secretaria da Saúde; Marta Hermínia Dias, SEDAI;
25 Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente; Márley C. Mendonça, Sistema Nacional
26 de Recursos Hídricos e Eduardo Krause, Secretaria da Infra-Estrutura e Logística.
27 Lembrou que o assunto da pauta de conteúdo decisório por parte do Conselho para esta
28 reunião era apenas a indicação do Secretário Executivo para o Fundo de Investimentos
29 em Recursos Hídricos-FRH/RS, assunto já ventilado na reunião passada, a qual, devido
30 ao questionamento do Conselheiro Bernál sobre a qualificação do quórum, foi suspensa.
31 Os outros dois itens da pauta diziam respeito à informações. “Informações que queremos
32 trazer ao plenário” disse o Presidente. Comentou que o primeiro deles dizia respeito a
33 uma apresentação, feita à Câmara Setorial de Desenvolvimento Econômico, sobre o
34 projeto da SEMA e da Secretaria de Habitação e Saneamento, aproveitamento da
35 METROPLAN no exercício das funções de Agência de Região Hidrográfica. Informou
36 que, com muitos questionamentos pertinentes, a proposta tinha sido considerada
37 apropriada como forma de, a curto prazo, o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos
38 apresentar solução, mesmo que não definitiva, ao seu maior problema atual. Reinterou
39 que este assunto terá a palavra final, como não poderia ser diferente, na decisão da Sra.
40 Governadora, já que a competência de implantar as Agências é do Executivo. O
41 Presidente chamou a atenção de Paulo Paim e do Plenário sobre a pertinência de que o
42 assunto fosse levado à decisão da Governadora do Estado quando o Conselho, pelo seu
43 Grupo de Trabalho já tivesse uma proposta, mesmo que não definitiva, sobre as
44 melhores características de uma instituição para exercer as funções das Agências. O
45 outro assunto apresentado pelo Presidente dizia respeito à minuta do projeto de lei que
46 propõe alterações na Lei que disciplina os recursos hídricos no RS, a 10.350/1994. O
47 Presidente afirmou que, embora se tratasse de matéria privativa do poder executivo no
48 que diz respeito a seu encaminhamento, considerava de boa prática trazer ao
49 conhecimento do Conselho, inclusive porque eventualmente se poderia obter algum
50 valioso subsídio, o que realmente já havia acontecido. Solicitou a Paulo Paim que fizesse
51 uma breve exposição. Paim explicou que a minuta era originada em um trabalho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

52 desenvolvido no ano 2006, no âmbito do próprio Conselho, sobre seu regimento interno.
53 A minuta apresentada pelo Secretário Paim já continha as sugestões e contribuições dos
54 Conselheiros Bernál e Rosi Bernardes. O projeto de Lei a ser encaminhado pela
55 Governadora à Assembléia está anexo a esta ATA. O Presidente Carlos Otaviano
56 retornou a indicação do Secretário Executivo do FRH/RS, devido a necessidade
57 premente de movimentar os recursos do FRH. Lembrou que a indicação poderia ter sido
58 feita Ad Referendum do Conselho, mas que tinha optado por submeter formalmente ao
59 Conselho, não obtendo êxito, por questões de quórum, nem na reunião passada, nem
60 nesta. Então sugeriu ao Plenário a aprovação do nome indicado condicionada à
61 confirmação na próxima reunião deste Conselho, que se dará no dia 15 de agosto. O
62 nome indicado na reunião anterior foi o de Francisco Simões Pires, atual Secretário
63 Adjunto da SEMA e colocou em discussão. O Conselheiro Francisco Giuliani disse que
64 *mesmo que não tenha a visão de quem seja, acha que a competência é sobrada*, mas
65 não o conhece. O Presidente Carlos Otaviano concordou que não deixava de ser uma
66 boa providência no sentido da confraternização de todos, mas que tinha tomado o
67 cuidado de não convidar o Secretário Adjunto Francisco para submetê-lo a esta indicação
68 correndo o risco que pudesse existir uma desaprovação. Afirmou que não tomaria
69 tamanha liberdade, porque se tratava de um cidadão disposto sempre a trabalhar nos
70 assuntos do meio ambiente. Afirmou ainda, que se tivesse a sinalização positiva do
71 Conselho, na próxima reunião ele estaria presente, para que fosse mais conhecido e
72 saudado. O Plenário se manifestou afirmativamente. Assuntos Gerais: O Conselheiro
73 Giuliani falou que teria perdido a oportunidade no encaminhamento anterior, de se
74 manifestar sobre o assunto da tramitação da minuta de lei. Ressaltou que não tinha
75 objeção, mas questionou se não teria no bojo da Lei 10 350/94, outras modificações que
76 possivelmente deveria ser feitas *no momento em que todos reconhecem que esta Lei é*
77 *boa, é antiga, mas não produziu os efeitos que deveria*. Ora, se isto é verdade, achava
78 que deveria ter sido feito um estudo completo a partir do texto, ouvindo as críticas dos
79 diferentes entes do Sistema. Afirmou que em conversas com seus companheiros, tinham
80 concluído que, desde a data da promulgação da Lei até este momento, poucas coisas
81 práticas e soluções de problemas antigos tinha acontecido. *Alguma coisa tem que*
82 *impede o funcionamento, pode que sejam pessoas, pode que seja a estrutura, pode que*
83 *seja quando se interpreta a Lei*, afirmou. Disse o conselheiro Giuliani que ainda não tinha
84 obtido contestação de que a sua interpretação não fosse muito correta, *por exemplo na*
85 *Lei diz: que as águas ao Estado pertence, mas diz também que a água, por ser um bem*
86 *essencial a vida, tem que estar disponível para quem dela necessite, abundante e*
87 *permanentemente, para todos os usos para os quais ela se presta*. Afirmou que embora
88 existam na lei os instrumentos de gestão, *em nenhum momento o Estado se obriga.*
89 *Como as bacias do Sinos, Gravataí e Santa Maria que tem problemas crônicos; porque*
90 *não foram analisados, porque a solução não chegou?* O Secretário Executivo Paulo Paim
91 passou a todos uma informação que o Conselheiro Giuliani já conhecia, por ser membro
92 da Comissão Executiva de Acompanhamento e Construção do Plano Estadual, de que o
93 Plano tinha contemplado em seus estudos de diagnóstico uma avaliação criteriosa da Lei
94 10.350. Lembrou que, realmente existe uma série de aspectos na legislação estadual
95 precisam ser repensados, revistos e que o Fórum para isso é o próprio PERH. Essa
96 análise será levada à sociedade do Rio Grande, via CEAC, O Presidente Carlos Otaviano
97 complementou informando que esta nossa proposta visa mais permitir o funcionamento
98 do próprio Conselho. O Conselheiro Cybis, como presidente do Comitê do Lago e
99 Coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês disse que vários assuntos levantados sobre
100 os Comitês foram entregues, através de uma carta, à ex-Secretária Vera Callegaro, com
101 diversas considerações sobre o Sistema de Recursos Hídricos, e algumas necessidades
102 para operacionalidade dos Comitês gaúchos. Afirmou que iria entregar novamente,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

103 pessoalmente, em outra ocasião ao Presidente, com atualizações. Colocou sua
104 preocupação, como coordenador do GT da RH do Guaíba quanto à possibilidade de uma
105 resposta rápida relativamente a proposição de diretrizes e critérios a serem seguidos na
106 proposição de qualquer tipo de Agência. O Presidente Carlos Otaviano disse ser, de sua
107 parte, um grande prazer também conhecer o documento e informou que não teve
108 conhecimento da sua existência. Quanto à questão do GT, afirmou que lhe parecia que, a
109 transformação ou a criação de uma Agência, seria uma providência boa, um reclame de
110 longa data, especialmente por parte dos Comitês. Até porque se estabeleceu a crença de
111 que a Agência será a grande força motriz do desenvolvimento do Sistema. Entendia,
112 diante da apresentação feita pela METROPLAN, que uma proposta que de longa data
113 circulava no Governo, fosse levada adiante. Afirmou que quando o Conselheiro tinha
114 começado a expor suas preocupações iria surgir o contraditório sobre a pertinência. Foi
115 claro ao afirmar; *se tivermos que experimentar esse contraditório, que o experimentemos,*
116 *para que quando se obtenha a solução desta questão, que ela seja definitiva, que seja*
117 *positiva acima de tudo para os setores da sociedade.* O Conselheiro Cybis continuou
118 falando que o momento é extremamente rico dentro do Sistema, principalmente para
119 quem é mais antigo. Manifestou-se muito otimista em relação ao momento, ao mesmo
120 tempo um pouco pessimista ao saber que o Plano Estadual está parado, porque os
121 recursos do governo federal não vieram devido o Estado estar no CADIN e pediu uma
122 posição. O Presidente Carlos Otaviano informou ser o fato verdadeiro, a SEMA não
123 conseguir tocar a mão numa parte dos recursos, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e
124 cinquenta mil). *Já surgiu até uma proposta de ajuzarmos uma medida e, na vigência de*
125 *uma liminar, conseguirmos a liberação.* Informou que não era essa aposição do
126 Secretário e informou aos conselheiros a existência de um plano B. O Secretário
127 Executivo Paulo Paim explicou que a reunião dos 03 Estados, sobre os Planos Estaduais,
128 acontecida em Florianópolis-SC, mostrou que os 03 estados do sul estão com esta
129 dificuldade. Explicou o Plano B lembrando que o RS tem a saída, ou seja o FRH com
130 seus recursos. O conselheiro Giuliani lembrou que foi aprovada na planilha do FRH/2007
131 uma rubrica para o PERH. O Secretário Paulo Paim informou que a rubrica do FRH cobre
132 os 20% da contrapartida. Então, na verdade, o que precisaria ser aprovado pelo
133 Conselho é a proposta de que além da contrapartida o FRH também investir também na
134 parte principal. O Conselheiro Bernál, devido a proximidade da reunião do dia 15 de
135 agosto, conforme cronograma, e duas reuniões extraordinárias, há pouco acontecidas,
136 indagou se seria possível transferir a reunião para o mês seguinte, devido
137 principalmente aos gastos com viagens, a não ser se tivesse algo muito urgente. Após
138 discussão, foi aprovada a reunião ordinária para o mês de setembro, dia a ser informado.
139 Nada mais havendo a tratar, o Presidente Carlos Otaviano encerrou a reunião e eu,
140 Paulo Renato Paim, Secretário Executivo do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta
141 ata.